

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o credenciamento de instituições financeiras para operacionalização do Programa "Candói Mais Crédito", instituído pela Lei Municipal nº 1.812/2025, visando a concessão de crédito com subsídio de juros a Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) com atividade econômica desenvolvida e comprovada no Município de Candói, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. As instituições financeiras credenciadas concederão crédito diretamente aos beneficiários do programa, com recursos próprios, cabendo ao Município de Candói realizar o reembolso do subsídio de juros ao beneficiário, após a comprovação do adimplemento das parcelas.

1.3. O subsídio de juros será estruturado da seguinte forma:

- a) 1,0% (um por cento) ao mês de subsídio de juros para todos os beneficiários aptos;
- b) 0,8% (zero vírgula oito por cento) ao mês adicional para beneficiários que comprovarem a aquisição de produtos e/ou serviços no comércio local de Candói, ou que possuírem contratos administrativos vigentes com a Prefeitura de Candói ou com outra prefeitura localizada na microrregião da Cantuquiriguaçu.

1.4. Os limites de financiamento por beneficiário são:

Categoria	Faturamento Anual	Limite de Crédito
MEI	Até R\$ 81.000,00	Até R\$ 5.000,00
ME	Até R\$ 360.000,00	Até R\$ 15.000,00
EPP	R\$ 360.001,00 a R\$ 4,8 milhões	Até R\$ 25.000,00

1.5. O valor GLOBAL estimado do programa para o exercício financeiro é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- a) 50% (R\$ 150.000,00) destinados a MEIs;
- b) 50% (R\$ 150.000,00) destinados a MEs e EPPs.

1.6. A quantidade máxima de parcelas a serem subsidiadas não poderá ser superior a 36 (trinta e seis) meses por beneficiário.

1.7. O subsídio complementar previsto na alínea "b" do item 1.3 será cumulativo.

1.8. Eventual divergência entre este termo de referência e o sistema eletrônico, referente às características ou condições de prestação dos serviços, prevalecerão as informações do termo de referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

Ademais, cumpre consignar que o objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual**.

2.2. A presente contratação encontra respaldo nos seguintes dispositivos legais:

- a) Constituição Federal, art. 170 e art. 174, que estabelecem o papel do Estado como agente normativo e indutor do desenvolvimento econômico;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- c) Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 6º, inciso XX, que conceitua o Estudo Técnico Preliminar, e o art. 79, que dispõe sobre o credenciamento como procedimento auxiliar;
- d) Lei Municipal nº 1.812/2025, que institui o Programa "Candói Mais Créditos";
- e) Normas do Banco Central do Brasil aplicáveis às instituições financeiras;
- f) Princípios da Administração Pública (art. 37 da CF).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do estudo técnico preliminar, apêndice deste termo de referência.

3.2. Em síntese, a solução consiste no credenciamento de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que concederão crédito diretamente aos beneficiários do programa, com recursos próprios, cabendo ao Município de Candói realizar o reembolso do subsídio de juros ao beneficiário, após a comprovação do adimplemento das parcelas.

3.3. O modelo adotado prevê o subsídio de juros na forma de reembolso ao beneficiário, condicionado à comprovação do adimplemento das parcelas do financiamento, reforçando o controle do gasto público e assegurando a correta aplicação dos recursos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As instituições financeiras a serem credenciadas deverão, no mínimo:

- a) Estar legalmente constituídas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- b) Possuir capacidade operacional para concessão de crédito ao público-alvo (MEIs, MEs e EPPs);
- c) Aceitar as condições do subsídio de juros estabelecidas pelo Município conforme a Lei Municipal nº 1.812/2025;



- d) Disponibilizar informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do programa;
- e) Observar a legislação vigente, inclusive normas de prevenção à lavagem de dinheiro e compliance;
- f) Enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo relatório com as parcelas recebidas relativas aos contratos derivados do programa.
- g) A instituição deverá possuir Agência no município de Candói.

4.2. O cálculo dos juros deverá ser realizado pelo método da tabela Price, com taxas pré-fixadas e parcelas fixas, vedada qualquer outra forma.

4.3. As instituições financeiras poderão prever a cobrança de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor do crédito contratado, a título de custos operacionais, encargos financeiros, tarifa de abertura de crédito (TAC) ou comissão de garantia.

4.4. Fica vedada na contratação a cobrança de tarifas, taxas ou qualquer outro valor, independentemente da nomenclatura, por parte do Agente Financeiro credenciado, além das autorizadas na Lei Municipal nº 1.812/2025.

4.5. É vedado aos agentes financeiros credenciados condicionarem a concessão do crédito vinculado ao programa ao fornecimento ou contratação de qualquer outro produto ou serviço.

4.6. A taxa de juros ordinária praticada pela instituição financeira conveniada deverá constar no contrato com a empresa beneficiária, de forma inequívoca e apartada das demais despesas operacionais, de modo a facilitar o processo de reembolso.

4.7. As cláusulas do instrumento a ser firmado entre a instituição financeira conveniada e a empresa beneficiária, relativas a juros e multas para aplicação nas obrigações inadimplidas, deverão observar e se limitarão à:

I – Juros de mora: juros pactuados, acrescidos de 1% (um por cento) mensal;

II – Multa de 2% (dois por cento) sobre a parcela vencida.

4.8. O Município de Candói não poderá, em hipótese alguma, ser responsabilizado pelo crédito tomado, em caso de inadimplemento da beneficiária.

Natureza do objeto e duração do contrato

4.9. O objeto a ser contratado é caracterizado como comum, e não se enquadra como bem de luxo, conforme Art. 8º, inciso II do Decreto Municipal nº 251, de 2022.

4.10. O objeto do contrato a ser firmado possui natureza contínua, condicionada à vigência do Programa "Candói Mais Crédito".

4.11. Os contratos decorrentes deste credenciamento terão vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação



4.12. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais e contratuais cabíveis.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Da operacionalização do programa

5.1. Os interessados nos subsídios conferidos pelo programa deverão apresentar requerimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, acompanhado da documentação exigida na Lei Municipal nº 1.812/2025 e no edital de seleção de beneficiários.

5.2. A Secretaria competente fará a primeira análise e verificará, com base nos requisitos da Lei Municipal nº 1.812/2025, qual o enquadramento a ser aplicado para a requerente e qual o valor máximo de operação que poderá pleitear junto à instituição financeira credenciada, fornecendo ao interessado declaração de aptidão com validade de 45 dias.

5.3. A aprovação da operação com as pessoas jurídicas beneficiárias se dará com base nos critérios definidos pela instituição financeira credenciada, observados, igualmente, os critérios definidos na Lei Municipal nº 1.812/2025.

5.4. Os empréstimos contraídos pelas empresas beneficiárias poderão ser:

- a) Investimentos fixos para a totalidade da operação;
- b) Investimento fixo e capital de giro associados, cujos percentuais para cada tipo de investimento serão definidos em regulamento próprio do programa.

5.5. Para fins deste programa, considera-se investimento fixo: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, softwares, sistemas de automação, reformas e construções (materiais de construção e/ou mão de obra), veículos utilitários, sistemas de energia solar, entre outros bens e serviços que agreguem capital ao patrimônio da beneficiada em conformidade com seu ramo de atividade e necessidade apresentada.

Do reembolso ao beneficiário

5.6. O subsídio será concedido mediante reembolso à empresa beneficiária, limitado ao valor calculado de juros previstos na Lei Municipal nº 1.812/2025, mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital de chamamento público para seleção de beneficiários.

5.7. Para habilitação ao reembolso, o beneficiário deverá apresentar:

- a) Cópia do contrato firmado com a instituição financeira credenciada no prazo máximo de 45 dias após a data de emissão da Declaração de Aptidão;
- b) Cronograma físico-financeiro para execução do crédito conforme modelo disponibilizado pela Secretaria;



- c) Projeto de engenharia aprovado pelo Município, quando se tratar de reformas ou ampliações;
- d) Declaração de aplicação do valor conforme cronograma, nos casos de capital de giro;
- e) Assinatura do Termo de Adesão com Município de Candói;
- f) Dados bancários em nome da Pessoa Jurídica beneficiária.

5.8. Para o reembolso mensal, o beneficiário deverá apresentar:

- a) Notas Fiscais, documentos de transferência ou outro documento hábil que comprove o investimento realizado;
- b) Documento que comprove o pagamento da parcela de cada período (mês) até o dia 05, para o reembolso no mesmo mês;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipal, Estadual e Federal;
- d) Atestado de cumprimento do cronograma físico-financeiro emitido pela Secretaria.

5.9. O Município deixará de reembolsar as parcelas correspondentes aos juros subsidiados, observado o contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.812/2025.

Das obrigações das instituições financeiras credenciadas

5.10. As instituições financeiras credenciadas deverão:

- a) Operar linhas de crédito compatíveis com o público-alvo do programa;
- b) Realizar análise de crédito dos beneficiários conforme seus critérios internos;
- c) Formalizar os contratos de crédito diretamente com os beneficiários;
- d) Enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo relatório com as parcelas recebidas;
- e) Disponibilizar informações necessárias para acompanhamento e fiscalização do programa;
- f) Mencionar nos contratos, sempre que possível, que pertencem ao programa "Candói Mais Crédito".

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A Administração poderá convocar representante da instituição financeira para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.4. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato designados por ato do Executivo Municipal.

6.5. O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 252, de 2022, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

6.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato será o secretário responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo ou quem vier a substituí-lo, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 8º do Decreto Municipal nº 252, de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do acompanhamento e fiscalização

7.1. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo divulgará, anualmente, dados referentes aos resultados atingidos pelo programa, contendo no mínimo: número de empresas beneficiadas; montante fomentado pelo programa no período; valor investido no comércio local.

7.2. As instituições financeiras credenciadas deverão enviar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, via protocolo eletrônico, relatório com as parcelas recebidas relativas aos contratos derivados do programa.

Do pagamento do reembolso aos beneficiários

7.3. O reembolso do subsídio de juros será efetuado diretamente ao beneficiário, mediante comprovação do adimplemento das parcelas junto à instituição financeira credenciada.

7.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo beneficiário, obrigatoriamente em nome da Pessoa Jurídica beneficiária.

7.5. O prazo para reembolso será conforme estabelecido no edital de seleção de beneficiários, observando-se que comprovantes entregues após o dia 05 de cada mês somente serão reembolsados no mês subsequente.

7.6. A empresa beneficiária poderá acumular parcelas de juros a serem reembolsadas.

Das condições para suspensão do reembolso



7.7. O Município deixará de reembolsar as parcelas correspondentes aos juros subsidiados, observado o contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, a partir da verificação de:

- a) Inatividade da empresa no Município de Candói, durante a vigência do subsídio;
- b) Desvio de finalidade do recurso contratado, não aplicação do valor liberado, utilização a menor, ou apresentação de notas fiscais que não condizem com o investimento realizado;
- c) Liquidação antecipada do contrato de crédito, ou verificado que a beneficiada vendeu ou se desfez dos bens objeto do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento

8.1. As instituições financeiras serão credenciadas por meio da realização de procedimento auxiliar de licitação, na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO, e a contratação dar-se-á mediante processo de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. O credenciamento permite a participação de múltiplas instituições interessadas, assegurando maior capilaridade, ampliação do acesso ao crédito pelos beneficiários, neutralidade concorrencial e eficiência administrativa.

Exigências de habilitação

8.3. Além dos demais documentos exigidos no edital, a instituição financeira deverá comprovar sua qualificação técnica apresentando, obrigatoriamente, a seguinte documentação:

8.3.1. Autorização para funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Conforme atestado de disponibilidade e adequação orçamentária e financeira constante dos autos do processo licitatório, no momento da contratação haverá créditos orçamentários para cobertura das despesas, estando consignado na LOA, na seguinte dotação:

12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

12.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

04.122.0003.2057 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SDET

3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

4160 00000 - Recursos Ordinários (Livre)

9.2. Se a despesa não for executada integralmente no exercício, haverá créditos orçamentários previstos em dotações correspondentes na LOA do exercício subsequente.





Criado em 04 de fevereiro de 2026 e datado e assinado digitalmente pela secretária requisitante:

Documento assinado digitalmente em 20/02/2026 10:03:14
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/wh11N> para
verificar a autenticidade.



www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Cândói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8017 - E-mail: licitacao@candoi.pr.gov.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Identificador: JLP9.9Ldp.7RVa

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes assinantes nas datas indicadas:

✓ **Carol ine B ordig non da R osa**

CPF: ***.621.069-**

Data: Sexta-feira, 20 de Fevereiro de 2026 10:03:15

Emitido por Sub-Autoridade Certificadora GovernançaBrasil

Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse o endereço:

<https://sl.cidade360.cloud/Whl1N>



**Governança
Brasil**